

Vocação – uma voz que vem de longe...

JOÃO DUQUE

«Ter vocação» para algo é, em realidade, algo que não se «tem», pois a vocação não é uma entidade estática, que se possua ou não, mas sim um dinamismo vivo, assente num chamamento sempre a acontecer e numa resposta em processo inacabado. A vocação corresponde, por isso, a um permanente «ser-chamado» (em voz passiva), podendo responder-se positiva ou negativamente (em voz activa) a esse chamamento. Assim, encarar o ser humano como ser-com-vocação (ou ser-vocacionado) implica, antes de mais, encará-lo na perspectiva de uma «essência temporal», de um evento: precisamente o acontecimento do chamamento e da resposta, dinâmica que atravessa a existência e nos qualifica como humanos.

Ora, qualquer chamamento implica uma exterioridade radical e permanente, na medida em que alguém só é chamado por alguém que seja diferente dele – mesmo que a voz da diferença que chama ecoe no próprio interior silencioso de quem é chamado, como é o caso da «voz da consciência». Assim, a voz que chama e origina a vocação é uma voz outra, relativamente a cada ser humano, instaurando desse modo o processo da vocação ou da construção de identidade.

De facto, costumamos relacionar a identidade de cada ser humano, enquanto forma específica de estar na existência – ou seja, enquanto modo próprio de ser ou *id-entidade* – precisamente com a sua vocação própria, que o distingue de todos os outros, mesmo que em unidade fundamental com eles. Portanto, a identidade pessoal constrói-se como resposta a chamamentos diversificados que, ao longo da existência, vão interpelando cada ser humano concreto a tornar-se naquilo que deve ser – precisamente, a tornar-se pessoa, sendo fiel a uma vocação.

De seguida, proponho uma análise breve e simples de diversos elementos que constituem o processo vocacional e que definem cada ser

humano como ser de vocação, articulado nos diversos contextos vocacionais particulares. Partirei de uma abordagem fundamental, situada a um nível mais propriamente ontológico, para depois diversificar a análise concentrando-me na articulação categorial da vocação, terminando por uma breve «consideração actual», relativamente a alguns modos de vida ou vocações.

1. Ser-chamado

1. O ser humano poderia, eventualmente, ser interpretado como alguém que se faz a si mesmo, numa espécie de auto-produção ou auto-poiésis permanente, tornando-se assim no resultado do seu trabalho. E, de facto, aquilo que vamos sendo, ao longa da existência, deve muito àquilo que de nós fazemos, realizando-nos. Mas cairíamos numa ilusão hermenêutica, se pretendêssemos que essa modalidade do ser corresponde à mais original forma de compreender o ser humano. De facto, aquilo que cada ser humano vai sendo, como fruto da sua acção livre e das opções que vai fazendo, é já sempre uma resposta a interpelações anteriores e exteriores. Em realidade, sempre que realizamos algo, estamos a responder a uma chamamento qualquer, que muitas vezes escutamos simplesmente no interior do próprio desejo de realizar, mas que nem por isso deixa de ser um chamamento interpelador.

Desde o processo de nascimento, passando pelo crescimento, até às opções mais marcantes da nossa existência, somos sempre interpelados a algo, sendo na maioria dos casos confrontados com situações que exigem decisão. Isso convida-nos a interpretar o ser humano como um ser chamado a responder.

A própria actuação da liberdade não se identifica com a iniciativa absoluta da vontade individual, mas é sempre já uma resposta articulada numa opção livre de quem é confrontado com a necessidade de decidir. Por isso, a realização da liberdade – que identifica o ser humano como ser livre – coincide com a realização da responsabilidade, enquanto resposta a uma interpelação ou chamamento e enquanto responsabilização por aqueles que, na nossa resposta, assumimos como entregues à nossa responsabilidade. É por isso que a liberdade e a responsabilidade coincidem, enquanto elemento chave da própria identidade humana.

Assim, poderemos concluir que o ser humano, mais do que um ser de auto-produção absoluta, é um ser vocacionado (convocado, interpelado), soando a voz dessa vocação – venha ela de onde vier – como pressuposto de todas as suas realizações, mesmo daquelas que têm a ver estritamente com a constituição de identidades pessoais.

2. Para o crente, esta vocação primordial provém originariamente de Deus, que é sobretudo «palavra» e a quem se responde em primeiro lugar. Antes de qualquer chamamento natural e humano – e mesmo acontecendo em chamamentos naturais e humanos – somos interpelados por Deus a diversos níveis da nossa existência, podendo ser esta interpretada como o processo de resposta – positiva ou negativa – a esse chamamento permanente. E, na medida em que Deus nos interpela chamando-nos pessoalmente, pelo nome próprio – ou seja, na nossa identidade pessoal inconfundível e irreduzível a conceitos abstractos ou a realidades globais – somos originariamente constituídos como pessoas responsáveis, isto é, de resposta. A dignidade de cada pessoa humana concreta radica, precisamente, nesse chamamento originário, presente em cada momento da existência. Assim sendo, nenhuma circunstância particular da existência ou do mundo que a envolve poderá anular essa dignidade fundamental, mesmo que muitas vezes a possa violar. Assim, a identificação dessa dignidade fundamental, comum a todos os humanos, com a própria identidade do ser humano – e que pretende ser expressa em todas as declarações dos direitos humanos – encontra, aos olhos do crente, o seu fundamento primeiro – necessário e suficiente – no chamamento originário de cada um pelo próprio Criador.

Por outro lado, o facto de primordialmente sermos chamados por Deus implica que a voz que nos interpela seja uma voz que vem, por assim dizer, do infinito, não cabendo, em rigor, em nenhuma voz, nem sendo audível directamente. Em realidade, parece ser impossível que criaturas humanas, no contexto do espaço e do tempo que marca impreterivelmente a sua experiência, possam alguma vez escutar uma voz que viria de outra dimensão, precisamente da dimensão de Deus, que é uma dimensão outra, não podendo ser abarcada pela nossa dimensão experiencial. E, em realidade, nunca abarcaremos essa voz, nunca «possuindo», por isso, a vocação que nos torna humanos, como seres livres e responsáveis – pois, se a possuíssemos, já não seria vocação, senão apenas o eco da nossa própria voz. Mas, não estaríamos assim condenados a nem sermos livres nem responsáveis, isto é, a não sermos pessoas, senão somente produtos de nós mesmos, das circunstâncias ou de outras forças maiores? Como poderemos, então, escutar, na nossa finitude, a voz do infinito que nos torna pessoas, isto é, que nos identifica como humanos que, livre e responsavelmente, respondem a uma interpelação originária?

3. É precisamente para que possa ser escutada – com todas as consequências daí resultantes – que essa «voz que vem de longe» nos é dirigida sempre em mediações, as quais marcam a nossa história e nos atingem no espaço e no tempo que são os nossos – ou melhor, em que nós somos nós. O infinito toca-nos assim finitamente, na medida em que somos atingidos e «vacionados» por seres finitos que, vindo ao encontro do nosso acontecer quotidiano, constituem o emaranhado da nossa própria história.

Ora, a voz outra que origina a nossa história, porque é uma voz que vem de uma história outra e de história de outros, vem, também neste sentido, de muito longe, não nos sendo possível reduzi-la à finitude de uma interpelação concreta, como se o seu conteúdo fosse apenas seu. Em realidade, nunca conseguiremos chegar ao fundo da própria história, de onde provém essa voz que, no aqui e agora do nosso presente concreto, nos interpela a uma resposta também concreta. O emaranhado de histórias que está implícito em cada história que nos encontra e que, nesse encontro, origina a nossa própria história, é um emaranhado, em certo sentido, também «infinito», na medida em que nenhuma análise histórica, sociológica, mesmo conceptual, o conseguirá algum dia abraçar, possuir e dominar na sua totalidade.

Mas, nessa sua relativa infinitude – pois não se trata, já, do infinito da origem, em sentido primordial – a voz que vem de uma história e de seres históricos que nos precedem, ressoa sempre em testemunhos concretos, os quais constituem a fonte primeira da nossa vocação. No conjunto desses testemunhos, a família ocupa um lugar excepcional, como confluência de histórias, na relação directa de seres humanos, que fazem ressoar e escutar a voz que vem do infinito e a todos chama. A partir deste modelo familiar é que se constituem todas as outras comunidades de testemunho ou transmissão de uma voz que nos chama e nos torna seres de resposta – tornando-nos, assim, responsáveis, quer pela resposta que damos, quer pelo chamamento que fazemos chegar a outros, enquanto «testemunhas do infinito». Aliás, o mais profundo núcleo da nossa resposta à vocação reside, precisamente, em dirigir aos outros o mesmo chamamento que os faz humanos ou seres vocacionados.

Ora, tal como a história de cada um e das comunidades em que participa e em cujo tecido entra, a história da vocação é multidimensional, articulando-se em «vocações» diversificadas, consoante os contextos em que soa o chamamento.

2. Vocação e vocações

1. Em primeiro lugar, todo o ser humano é atingido por um chamamento que poderíamos considerar transcendental – precisamente na medida em que atinge tudo aquilo que é, como condição primeira da sua possibilidade. Trata-se do chamamento a ser. É claro que, antes de ser, nenhum ser humano era, para poder escutar e responder a esse chamamento primordial. Mas, independentemente do facto de outros seres humanos serem interpelados a aceitar ser mediadores do puro facto de sermos, já esse facto nos coloca perante a insondável realidade de sermos, tendo podido simplesmente não ser. Ou seja, o facto de sermos não encontra o seu fundamento em nós próprios, mas resulta sempre já

de algo que acontece por «milagre», isto é, sem justificação suficiente em nada daquilo que é, muito menos em nós próprios. Por isso, o facto de que seja cada um dos seres humanos é manifestação de uma primordial doação gratuita, anterior a qualquer mérito e a qualquer auto-produção.

Podemos interpretar esse primordial dom gratuito como o originário chamamento a ser, sempre que algo é – no caso do ser humano, sempre que «é» – sempre que «há» – uma pessoa. Assim, o dom gratuito da vida constitui o primordial chamamento, mesmo que aconteça «antes» de qualquer vida poder responder. Mas não é por isso que esse chamamento deixa de implicar resposta. Resposta, antes de mais, de quem acolhe – ou não – a nova vida que gratuitamente surge; mas também resposta da nova vida, que terá toda a vida para se acolher a si mesma, mesmo nos momentos em que esse acolhimento se tornar difícil, quase dramático ou contraditório.

2. «Deus criou o ser humano à sua imagem... Ele os criou homem e mulher» (Gn 1, 27). O ser humano, ao ser chamado a ser, não é simplesmente chamado a ser vivo, mas convocado sempre já a ser vivo segundo uma determinada modalidade – segundo uma identidade. Essa modalidade está precisamente expressa na metáfora da «imagem de Deus». Em primeiro lugar, porque o ser humano é chamado a responder ao próprio Deus – não simplesmente a ser uma extensão sua, sem liberdade ou personalidade própria. O seu ser-pessoa – a sua pessoalidade ou personalidade – é um dos primordiais elementos da sua correspondência a Deus, enquanto sua imagem. E esse ser-pessoa, enquanto ser livre e responsável, realiza-se já na sua relação a Deus, a qual constitui a identidade humana primordial, como um ser da relação livre com Deus, isto é, um ser autónomo. Por isso, todo o ser humano é chamado a ser pessoa, como ser livre perante Deus, originando-se aí a sua dignidade mais fundamental. É a essa interpelação ao respeito pela dignidade humana – própria e dos outros – que o ser humano é convocado, vocacionado a responder, desde sempre e em cada momento da sua existência.

Mas a dimensão da «imagem» possui ainda outro registo, intimamente ligado a este. É o registo da relacionalidade. É que, definindo-se as pessoas divinas precisamente como «relações subsistentes», ser humano, enquanto pessoa à imagem e semelhança de Deus uni-trino, é, precisamente, ser chamado a ser relacional. É o que exprime o texto do livro dos Génesis, quando fala da criação do ser humano como homem e mulher. Nessa diferença relacional fundamental está expressa a relacionalidade de todo ser humano, como sua identidade primordial.

Assim, cada ser humano é chamado a ser vivo humanamente – isto é, como pessoa digna, livre, responsável – enquanto homem ou mulher, sendo essa sua identidade básica o modo como realiza a sua humanidade, só podendo realizá-la na relação às modalidades diferentes de a realizar – das quais sobressai a

diferença entre homem e mulher. Assim, o homem realiza a sua humanidade – a resposta à sua vocação – sendo homem, e a mulher sendo mulher; mas o homem, sempre na relação à mulher e esta na relação ao homem. É nesse relacionamento que se exprime primordialmente – embora não exclusivamente – a resposta de cada ser humano ao chamamento a ser livre e responsável, perante outros e por outros. É aí que o ser humano se realiza como ser a partir de outro, com outro e para outro.

3. A essência humana não existe senão na sua realização concreta, isto é, como existência histórica, segundo o modo de ser de cada pessoa concreta. Assim, a vocação a ser, como ser humano, enquanto homem e mulher, articula-se sempre em formas concretas de existência, segundo aspectos muito diversificados. É nesses aspectos ou modos categoriais de vida que se realiza a vocação relacional do ser humano, enquanto homem ou mulher, na sua mútua relação. Dois modos fundamentais dessa realização existencial são a vida em casal e a vida celibatária.

Se cada ser humano está, por vocação, orientado para o ser humano de sexo diferente, pode viver essa vocação numa relação de casal ou numa relação celibatária. A primeira forma implica a partilha total de vida entre um homem e uma mulher, incluindo a relação sexual em todas as suas manifestações, também na sua dimensão procriativa e na relação de paternidade e de maternidade, em sentido estrito. A segunda forma concentra-se em dimensões da relação inter-humana – também da relação homem-mulher – que prescindem positivamente da convivência monogâmica e da relação sexual em muitas das suas manifestações, sobretudo na sua dimensão biológica e procriativa. Não se trata, contudo, nem de uma modalidade não relacional de existência – pois seria a negação do humano – nem de uma modalidade de menosprezo do casamento, mas antes de uma valorização tal do matrimónio que permite oferecê-lo (sacrificá-lo) simbolicamente como dom em favor de todas as dimensões da relação inter-humana – por isso também da matrimonial. A opção matrimonial, como resposta vocacional, interpela os celibatários à constante incarnação da sua forma de viver o seu ser-relacional, alertando-os para o perigo de fuga do mundo, espiritualização ou mesmo individualização egoísta da sua identidade; a opção celibatária alerta os casais para o perigo de fixarem a sua relacionalidade num egoísmo a dois, ou então de se fecharem na comunidade familiar, ou ainda de reduzirem a relação a puro prazer de mútua satisfação, sem profundidade relacional. Para além disso, matrimónio sem celibato poderia tornar-se em mera fatalidade natural, do qual desaparecesse toda a dimensão de liberdade e de opção humana – de vocação, portanto; e o celibato sem o matrimónio poderia transformar-se em anulação da própria relacionalidade, fixando o ser humano em si mesmo, ou então numa utopia que, facilmente, se transformaria em

ideologia desincarnada, mais facilmente desumana ou anti-humana do que reveladora e realizadora da verdadeira vocação humana.

É a história das relações de cada pessoa humana – e da sua relação concreta com casais e com celibatários(as) – que vai manifestando a vocação para esta ou àquela modalidade de viver a relacionalidade humana. Essa percepção progressiva acompanha toda a existência, conhecendo contudo momentos fortes de compromisso, que realizam a capacidade humana de liberdade e de responsabilização, mesmo no interior das limitações próprias de toda a situação finita como é a nossa.

4. Mas todos os seres humanos, homens e mulheres, casados ou celibatários, cada um segundo o seu modo de estar na vida – a sua identidade, nas suas diversas dimensões – são sempre chamados a ser humanos activos na sociedade em que se inserem, realizando assim a sua vocação a ser com os outros e a ser para os outros. É nesse contexto que se compreende a diversidade de funções ou tarefas (a que poderíamos chamar missões ou ministérios), como forma concreta de se ser humano. Nesse sentido, ser e função não estão separados nem são dimensões extrínsecas uma à outra. Em realidade, a identidade de cada pessoa humana está também necessariamente ligada ao modo como responde à vocação de exercer determinadas funções, no quotidiano das suas relações com os outros, tornando assim especificamente activa a sua vocação de ser para os outros.

Nesse nível vocacional, é importante saber acolher a diversidade dos dons e a diversidade das práticas, sem que isso constitua motivo de separação ou conflito – por exemplo, como competição ou como discriminação – mas sim fonte de relação unificante. Por seu turno, a unidade resultante da confluência da diversidade de tarefas – de vocações – terá que ser uma unidade distante daquela que se pretende por uniformização ou redução de tudo ao predomínio e domínio de algumas funções.

Do ponto de vista da descoberta pessoal, é preciso ter em conta que se trata de uma descoberta situada. Isto é, a vocação a desempenhar determinada missão, no interior da comunidade humana, depende da relação entre as necessidades dessa comunidade – que variam no espaço e no tempo, e que podem ser constante e criativamente reinventadas – e as capacidades dos indivíduos. Por isso, não existem vocações «absolutas», desincarnadas, dependentes simplesmente da vontade individual de cada cidadão. É o jogo entre o contributo pessoal – personalizado – e as exigências sociais que constitui o campo de interpelação e de resposta a este nível da vocação humana.

5. Especial perfil adquire a vocação do cristão, enquanto tal. Em realidade, podemos facilmente constatar que alguns seres humanos – não todos – assumem a sua identidade de humanos como cristãos, enquanto resposta a uma vocação

que se torna, para eles, ontológica e existencialmente fundamental. Partindo da possibilidade da existência de «cristãos anónimos» (para usar a discutida terminologia rahneriana), é de admitir que o número dos cristãos não coincida com o dos baptizados. De qualquer modo, mesmo assim, temos que admitir que o número dos cristãos não coincide com o número de seres humanos.

Será, então, que nem todos são chamados a ser cristãos? Ou será que um grande número de seres humanos responde negativamente a esse chamamento? A questão é deveras complexa e poderia ser respondida tanto com um sim como com um não. De facto, sendo o chamamento a ser cristão uma vocação à verdadeira vida e ao verdadeiro modo de ser, é difícil aceitar que Deus não o dirigisse – potencialmente – a todos os seres humanos, pois todos foram criados para participarem da vida verdadeira. Nesse sentido, a vocação cristã é universal, se a considerarmos no seu nível mais fundamental.

De qualquer modo, temos que admitir que a interpelação a ser cristão implica, de algum modo, que um determinado ser humano seja colocado em contacto com a pessoa histórica de Jesus Cristo. E isso só é possível em mediações igualmente históricas, que são mediações humanas. Assim sendo, ser cristão implica ser atingido por uma vocação, através do testemunho de outros cristãos. E isso, temos que admiti-lo, não acontece categorial e explicitamente com todos os seres humanos. Aliás, um dos elementos fundamentais da própria vocação cristã – como missão – é precisamente a «obrigação» de que cada cristão se torne testemunha dessa vocação para outros seres humanos. Assim sendo, em realidade nem todos os seres humanos são concretamente atingidos pela vocação cristã, não porque Deus à partida o não queira, mas porque as condições e limitações – e mesmo perversões – humanas o impedem ou ainda não possibilitam.

A vocação a ser cristão implica, do ponto de vista do conteúdo, uma configuração da identidade pessoal pela referência à pessoa de Jesus Cristo. Nele, de facto, revela-se a verdade do ser humano, isto é, a forma como o ser humano deve responder à sua vocação de ser. Ou seja, todas as dimensões da vocação analisadas até aqui são aí assumidas e transfiguradas, sendo levadas à sua plenitude. E todas as formas humanas da sua realização, assumidas pelos cristãos, ganham o seu sentido pela referência à identidade humana revelada em Jesus Cristo. Assim, cada cristão é chamado a ser «como» Cristo, nas diferentes circunstâncias da história – por isso, de modos sempre novos e diversos, mas em correspondência à mesma identidade fundamental.

6. Ora, o núcleo da identidade cristã, que determina uma vocação e as respostas correspondentes, é precisamente o facto de o ser humano ser chamado à *consagração* a Deus e aos outros – isto é, a identificar o sentido da sua existência (o seu modo de ser) com a doação de si a Deus e aos outros (a Deus, com e nos outros, e aos outros, com e em Deus). Essa vocação fundamental de

consagração, para corresponder à missão de transformar o mundo em reino de Deus, testemunhando esse reino a quem o desconhece, é que passa a definir o ser humano, quando aceita ser cristão, em resposta constante à interpelação do próprio Cristo, por acção do Espírito, em Igreja.

Os modos concretos de realização dessa consagração – sem os quais ela não existiria – podem então ser muito variados, resultando em variedade de vocações, como articulação dessa vocação fundamental, que unifica todos os cristãos. De entre essa variedade, são dois os modos que prevaleceram na história do cristianismo: a consagração como doação à família (e, assim, a Deus) e a consagração como doação celibatária à comunidade (e, desse modo, a Deus). Segundo o primeiro modo, a forma originária de realizar a consagração situa-se na própria relação como os membros do agregado familiar, sendo os outros modos de consagração – em tarefas sociais, na relação a outras pessoas – derivados e secundários relativamente a esse modo fundamental.

Segundo o modo celibatário, essa consagração realiza-se como consagração a uma missão específica, seja assumida no interior de uma comunidade de vida quotidiana – como no caso de muitas ordens religiosas – seja na relação a uma comunidade paroquial de cristãos não celibatários – como é o caso predominante de celibatários «seculares». Essa missão é, nestes casos, o modo originário de realização da consagração cristã, derivando outras tarefas dela. Estes modos de consagração – mais regulares ou mais seculares – cruzam-se, muitas vezes, dificultando frequentemente a clareza identitária relativamente às características de muitas vocações.

7. Todos os cristãos, consagrados por vocação, são chamados a viver essa consagração em comunidade. Primordialmente, na comunidade de vida em que quotidianamente se inserem (como é o caso da família); mas também no contexto mais alargado da comunidade eclesial – normalmente paróquia – em que se articula a sua vocação cristã. E o modo como cada cristão é chamado a participar nessa comunidade é sempre um modo ministerial. Ou seja, cada cristão é sempre chamado ao constante serviço na e à comunidade eclesial, como símbolo eficaz do seu serviço a toda a humanidade, enquanto serviço a Deus, ou seja, como serviço à transformação do mundo em reino de Deus.

É nesse contexto que deve ser entendida a vocação a determinados ministérios, no interior da comunidade cristã – a qual já implica uma vocação comum a um ministério fundamental, sacerdotal, profético e real, dirigida a cada cristão sem excepção. Mas, a articulação dessa vocação comum fundamental realiza-se na diferença de caminhos, que se exprime na diferença de ministérios – os quais correspondem, por isso, a distintas vocações ou chamamentos diversos, consoante as exigências da comunidade e os carismas de cada pessoa.

Ao longo da história do cristianismo, assumiram especial importância os ministérios ordenados (diácono, presbítero, bispo) – aliás, a sua ligação com

o sacramento da ordem pode ser vista como sinal do seu estatuto fulcral na comunidade. É claro que houve épocas em que esses ministérios se referiam mais directamente – sem especial hierarquização – ao resto dos cristãos, cada um com a sua vocação ministerial própria, e épocas em que a importância dos ministérios ordenados foi de tal modo salientada, que provocou um certo fosso hierárquico com o resto dos fiéis, originando uma Igreja predominantemente clerical. Actualmente, as comunidades eclesiais procuram resituar os ministérios ordenados no interior dos restantes ministérios, mantendo o seu valor fundamental mas orientando-os para o serviço aos outros ministérios, enquanto orientação de toda a comunidade eclesial para o serviço ao mundo, a quem se sabe enviada.

8. Em todos os níveis ou formas de vocação, anteriormente evocados, é notório o papel da família, como uma das mais fundamentais mediações vocacionais. Logo no seu nível mais originário, que é o da vocação à vida como dom gratuito, é inquestionável a mediação familiar, não apenas do ponto de vista biológico, mas relativamente a todas as dimensões implicadas no viver humano. Na família, acolhe-se a vida, sempre já como resposta a uma vocação que não é de nossa iniciativa. Acolhe a vida quem a recebe, e acolhe a vida, também, quem a dá, na noção de que, por ser dom gratuito, nunca é produto disponível a quem pretenda ser seu autor. Assim, o dom da vida é experimentado, como interpelação, na família, tanto por parte dos pais como por parte dos filhos. E os primeiros são chamados a acolher a vida, dando-a, sendo os segundos chamados a acolhê-la, recebendo-a e assumindo-a, em gratidão.

Mas também o elemento básico da vocação à vida como pessoa humana – precisamente a relacionalidade livre, em responsabilidade – é algo que se aprende e se pratica, primordialmente, em família, dependendo, normalmente, a capacidade para ser pessoa, ao longo da vida, dessa aprendizagem inicial. É, portanto, na família que mais originariamente somos chamados a ser pessoas, iniciando-se aí a nossa resposta, que durará toda a nossa existência.

É ainda em família que cada ser humano vai percebendo qual o modo de vida – mormente o modo matrimonial ou o modo celibatário – a que se sente chamado. É por relação à vida matrimonial, compreendida e experimentada por referência ao matrimónio dos pais, que a pessoa humana vai percebendo se esse será o seu percurso ou se poderá ser outro, mantendo toda a valorização do caminho familiar. É na família que o celibatário aprende a sê-lo, sem perder o matrimónio do seu horizonte de sentido; e é na família que, por relação a celibatários, os casados aprendem a viver em casal, sem perder o celibato do seu horizonte, como dinâmica que valoriza e aprofunda a relação matrimonial.

Os dons que cada um possui, enquanto capacidades para realização de determinadas tarefas, são prioritariamente fomentados e descobertos em contexto familiar, mesmo que este se possa alargar a outras instituições. Sendo assim,

também relativamente à vocação, enquanto chamamento a dar um contributo específico para a sociedade em que se vive, assumindo nela determinada tarefa ou profissão, o papel da família é primordial, como ponto de partida de uma descoberta que nunca mais terminará.

Também é primordialmente na família que seres humanos concretos são chamados a ser cristãos. É certo que o anúncio pode conhecer outras mediações e, em determinados contextos culturais, até é exterior – mesmo contrário – à orientação familiar. De facto, a vocação a ser cristão não é hereditária, em sentido estrito. Mas não é menos verdade que é no contexto de uma família cristã onde, de forma mais eficaz, ressoa a voz de Deus que chama cada ser humano à fé, por relação com a pessoa de Jesus Cristo. O despertar da fé dá-se, por isso, primordialmente na família crente. A ausência desse despertar – em parte, por demissão da família – será mesmo uma das principais causas da actual crise do crer. Porque é na família que, na maioria dos casos, acontece – ou não – o primeiro e imprescindível testemunho; daí o hábito legítimo do baptismo das crianças, na fé dos pais, como confiança nessa missão da família. Confiança essa que crise alguma poderá abalar de todo, sem que se venha a pagar um alto preço na realização de vocações cristãs.

Por outro lado, é evidente que o chamamento cristão à consagração a Deus e aos outros acontece originariamente na família, pois esta é, por excelência, uma comunidade de consagração, na qual cada membro possui a sua razão de ser – a sua identidade – precisamente no ser-para-o-outro. Por isso, as consagrações celibatárias não surgem ao lado nem contra a família, mas como sua extensão, podendo mesmo ser vistas como manifestação mais visível da comunidade familiar como comunidade de consagração. Aliás, um ser humano que cresça sem a experiência familiar da consagração, dificilmente conseguirá consagrar a sua vida seja ao que for – a não ser a si mesmo, em auto-destruição egoísta.

Em família somos, também, chamados aos ministérios na comunidade cristã. De facto, a família é a primeira escola de aprendizagem do serviço, núcleo de todo o ministério e condição da sua verdade. Dessa aprendizagem é que pode surgir, também, a vocação ao serviço no ministério ordenado. Isso depende, fortemente, da forma como esse ministério é abordado e inserido na vida familiar, evitando considerá-lo como corpo estranho, frequentemente ignorado ou mesmo repudiado. E se o serviço do ministério ordenado – entre os católicos, coincidente com o modo celibatário de vida – não resultar de uma forte experiência de serviço no interior da família, facilmente resvalará para uma afirmação egoísta e solitária de superioridade em relação ao resto da comunidade cristã, originando todo o tipo de perversões clericais, tão prejudiciais à comunidade eclesial e à missão da Igreja no mundo.

3. Epílogo

De entre o leque das vocações em que se articula o ser humano como ser-vocacionado, há algumas cujas características as tornam especialmente interpeladoras, no contexto cultural contemporâneo. Sobre essa interpelação gostaria de tecer algumas breves considerações finais.

1. A relação entre o homem e a mulher, assumindo hoje contornos tão difusos, precisa de ser confrontada, urgentemente, com a vocação matrimonial. Ou seja, pelo facto de se tornar menos evidente que o modo básico de relacionamento profundo entre um homem e uma mulher é o contexto do casamento, essa opção assume características mais fortemente interpeladoras, precisamente na medida em que mais claramente se apresenta como vocação livre.

Assim, viver a relação homem-mulher segundo a modalidade familiar é hoje um desafio – e não um automatismo – ao qual se responde livremente, precisamente segundo a modalidade de uma resposta vocacional. Por isso, o matrimónio surge hoje, cada vez mais claramente, como opção vocacional.

Essa opção vocacional implica um compromisso responsável, na constituição de uma família. Compromisso esse que liga – que «prende» e «obriga» – primordialmente o casal que assim o assume, unindo-o estavelmente e na fidelidade a uma promessa mútua. Na fidelidade a essa resposta vocacional, o casal torna-se sinal de uma relação entre homem e mulher que contribui para maior realização de ambos, na medida em que assenta no respeito mútuo e na responsabilização de um pelo outro.

Ora, esse sinal é, no nosso contexto social, tanto mais importante quanto mais outras opções de relacionamento entre homem e mulher resultam, frequentemente, em exploração mútua ou fonte de infelicidade; ou então, quanto mais uma sociedade vai perdendo do seu horizonte o significado da fundamental relação dos sexos diferentes – como modelo de relação de diferenças, no respeito da sua alteridade – enveredando por formas de relação redutoras, que normalmente apenas pretendem reflectir a igualdade de cada um no círculo fechado do seu egoísmo. A família dita «tradicional» vai-se tornando, cada vez mais, em sinal profético que abre os caminhos do futuro a horizontes mais humanos, para além das brumas da confusão e da procura que parecem marcar o nosso tempo.

Mas a vocação à família não se limita à relação entre os esposos. Esta é, por natureza, uma relação aberta, por isso prolongada na paternidade, na maternidade e, correspondentemente, na filiação. Essas são as relações constitutivas da vocação matrimonial – as formas de realização da vocação humana à relationalidade. E são relações importantíssimas para o género humano, assim como para as respectivas estruturas sociais, mesmo independentemente da questão da propagação da espécie. Uma sociedade que subalterniza a importância des-

sas relações pagará essa redução com dificuldades relacionais. E não correrá a nossa sociedade esse risco? Assim sendo, a dimensão parental e filial da família assume um papel especialmente importante na actual sociedade, quer na sua realização concreta, quer como sinal para todas as outras realizações sociais. Essa é, pois, uma tarefa inadiável, correspondente à verdadeira vocação de todas as famílias.

2. Por seu turno, a vocação celibatária ganha hoje significado redobrado. De facto, a forte erotização da cultura contemporânea, com a correspondente banalização da sexualidade e sua redução à dimensão lúdica e de prazer passageiro contribuem, em realidade, para desvalorizar a própria sexualidade, em todas as suas dimensões. Ao mesmo tempo, isso faz aumentar a incompreensão relativamente à opção celibatária – mesmo que, paradoxalmente, aumente o número dos celibatários e das celibatárias, mesmo sem ser por opção positiva. Nesse contexto, o celibato assumido como opção positiva constitui importante sinal de valorização da sexualidade, aprofundando-a em dimensões que vão mais longe do que a superficialidade do prazer hedonista ou a fugacidade da relação lúdica. Do mesmo modo, pode servir de modelo orientador para todos aqueles e aquelas cujas circunstâncias existenciais não conduziram ao matrimónio. Assim se manifesta que é possível ser feliz e viver em profunda relação de amor a outros seres humanos, mesmo sem ser através da constituição de uma família. Esta, contudo, também aqui manifesta o seu papel fundamental, na educação da vocação celibatária, para evitar desvios pouco equilibrados e fomentando a abertura à diversidade de caminhos vocacionais.

3. A insistência dos últimos dois séculos da história da Igreja no papel activo dos leigos no interior da comunidade eclesial, como pedras vivas imprescindíveis na sua construção, poderá ter conduzido à ideia falsa de que o ministério ordenado pudesse ser dispensado. Convém, contudo, recordar que não existe comunidade eclesial sem Eucaristia, sendo esta necessariamente presidida por um presbítero, em união com um bispo. Só por essa razão – para além de muitas outras que poderiam apresentar-se – o ministério ordenado, não possuindo a exclusividade da pertença à Igreja ou da participação na sua missão e construção, é uma pedra basilar na edificação de cada comunidade eclesial, sendo por isso, também basilar no cumprimento da missão da Igreja no mundo.

Um certo declínio da percepção desta importância e necessidade, tal como vamos constatando no nosso contexto social, precisa de ser enfrentada com cuidadosa pedagogia em sentido inverso. Mais uma vez, cabe sobretudo às famílias a educação dos seus filhos para a compreensão progressiva da importância do ministério ordenado – exercido segundo os modelos actuais, ou de modos diversos – para o futuro da Igreja e do mundo. Se a família não assume essa tarefa de orientação vocacional, esse ministério passará despercebido, seja

para quem potencialmente pudesse ser a ele chamado, seja para quem com ele se relaciona. Para além disso, o surgimento de vocações ao ministério ordenado, se acontecer ao lado da família, corre o risco de tornar-se algo desincarnado da realidade quotidiana dos cristãos, podendo facilmente resvalar para perversões ou desequilíbrios, mais prejudiciais que benéficos para a comunidade.

A pastoral vocacional, enquanto pastoral familiar e esta, enquanto pastoral vocacional, constituem, portanto, pilares de um desafio que o contexto cultural contemporâneo lança a todas as comunidades eclesiais. E os desafios devem ser fonte de construção e criatividade, caso contrário podem tornar-se em factores de destruição.